

Equalização dos desiguais: a igualdade utópica e a representação das minorias em *Fahrenheit 451*

Equalization of the unequal: the utopian equality and the representation of minorities in Fahrenheit 451

Willy Nascimento SILVA*

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO: Esse trabalho objetiva examinar as tensões decorrentes da aplicação do ideal de igualdade formulado pelos discursos que circulam na sociedade distópica e a representação de grupos sociais minoritários. Para tanto, são exploradas a noção de minoria e as implicações simbólicas de sua formulação. Em seguida, é discutido o ideal utópico de igualdade – sobretudo, no que diz respeito ao seu impulso homogeneizante, expresso por meio da planificação das personagens. Por fim, os argumentos desenvolvidos nas seções teóricas são ilustrados por meio de uma leitura crítica de *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, obra selecionada pela maneira como articula práticas discursivas que ignoram as diferenças e dissimulam os conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Distopia. Minorias. Discurso. *Fahrenheit 451*.

ABSTRACT: This work aims to examine the tensions arising from the application of the ideal of equality formulated by the discourses that circulate in dystopian society and the representation of minority social groups. Therefore, the notion of minority and the symbolic implications of its formulation are explored. Then, the utopian ideal of equality is discussed – specially, regarding to its homogenizing impulse, expressed through the flattening of characters. Finally, the arguments developed in the theoretical sections are illustrated through a critical reading of *Fahrenheit 451*, by Ray Bradbury, a work selected for the way in which it articulates discursive practices that ignore differences and dissimulate the conflicts.

KEYWORDS: Dystopia. Minorities. Discourse. *Fahrenheit 451*.

* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do grupo de pesquisa Estudos do insólito: do mito clássico à modernidade. E-mail: willy.cbh@gmail.com.

Introdução

Romances como *Nós* (1924), de Ievguêni Zamiátin, *Admirável mundo novo* (1932), de Aldous Huxley, *1984* (1949), de George Orwell, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, chamam atenção por apresentar de forma crítica como o ideal utópico de igualdade, na medida em que promove a uniformização das identidades, produz efeitos de poder decisivos para a manutenção da ordem na utopia.

A aplicação desse ideal de igualdade, por sua vez, acarreta tensões que estão, em grande medida, ligadas à correlação de forças que define os grupos sociais majoritários e minoritários representados nessas narrativas.

Considerando que o conceito de minoria diz respeito a “[...] um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (SODRÉ, 2009, p. 12), a igualdade utópica implicaria, em última análise, a anulação das forças transgressivas imputadas às minorias, reconhecidas como ameaça potencial à estabilidade utópica.

De modo geral, as relações entre maioria e minoria podem ser evidenciadas nessas obras em dois níveis: na oposição entre narrativa hegemônica e contranarrativa de resistência (BACCOLINI; MOYLAN, 2003) e na oposição entre personagens planas e personagens complexas. Enquanto a narrativa hegemônica da sociedade distópica busca equalizar as identidades sociais para garantir sua estabilidade (o que, frequentemente, se expressa por meio da planificação das personagens), sua contranarrativa de resistência explora as possibilidades de transformação (materializadas pela ação de personagens complexas).

Esse trabalho objetiva, portanto, examinar as tensões decorrentes da aplicação do ideal de igualdade formulado pelos discursos que circulam na sociedade distópica e a representação de grupos sociais minoritários. Para tanto, são exploradas a noção de minoria e as implicações simbólicas de sua formulação. Em seguida, é discutido o ideal utópico de igualdade – sobretudo, no que diz respeito ao seu impulso homogeneizante, manifestado por meio da planificação das personagens. Por fim, os argumentos desenvolvidos nas seções teóricas são ilustrados por meio de uma leitura crítica de *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, obra selecionada pela maneira como articula práticas discursivas que ignoram as diferenças e dissimulam os conflitos.

1 Minorias, subordinação e dominação

Para Chaves, a palavra minoria seria utilizada em dois sentidos: para descrever “[...] um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, ‘maioritário’” (CHAVES, 1970, p. 149); e para denominar grupos étnicos que, “[...] em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado” (CHAVES, 1970, p. 149). Entretanto, como o próprio autor chama atenção, as minorias não devem ser caracterizadas exclusivamente por critérios numéricos, mas por outros fatores, sobretudo no que se refere às relações de poder entre a maioria e a minoria, sendo o poder estatal “[...] o instrumento mais eficiente de que a maioria numa sociedade dispõe para subjugar as minorias integrantes da mesma sociedade” (CHAVES, 1970, p. 150).

Appadurai argumenta de maneira semelhante ao afirmar que “[...] minorias e majorias são invenções históricas recentes, essencialmente vinculadas a ideias sobre nação, população, representação e enumeração, que não têm mais do que alguns séculos de idade” (APPADURAI, 2009, p. 45). Nesse sentido, o fenômeno das minorias estaria ligado ao surgimento do Estado moderno e das ideias de representação e participação política.

Por sua vez, as minorias não possuem força política efetiva, “[...] pelo menos enquanto se mantêm as estruturas centralizadoras que eliminam a possibilidade social de que uma minoria se manifeste por sua própria conta” (CERTEAU, 1995, p. 146); isto é, haveria um desequilíbrio de forças em favor dos grupos majoritários.

Nos termos de Appadurai, a relação entre maioria e minoria seria uma relação *predatória*. Identidades predatórias são “identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum outro grupo, definido como ‘nós’” (APPADURAI, 2009, p. 46). Esse tipo de identidade, como será explorado, estaria em princípio relacionado ao ideal homogeneizante das sociedades utópicas – e que, evidentemente, também orientou vários projetos políticos ao redor do mundo.

Para alcançar esse ideal de política homogênea, os governos ao longo da história buscaram uma variedade de políticas em relação às minorias culturais. Algumas minorias foram fisicamente eliminadas, seja por expulsão em massa (o que agora chamamos de ‘limpeza étnica’) ou por genocídio. Outras minorias

foram coercivamente assimiladas, forçadas a adotar o idioma, a religião e os costumes da maioria. Em outros casos ainda, as minorias foram tratadas como residentes estrangeiros, sujeitas à segregação física e discriminação econômica, e direitos políticos negados¹ (KYMLICKA, 1995, p. 2, tradução nossa).

De acordo com o argumento acima, as minorias seriam submetidas a três estratégias de poder: eliminação, assimilação e segregação. Na ficção distópica, essas estratégias podem ser ilustradas, respectivamente, pelo desaparecimento dos dissidentes em *1984* (cuja condição passa a ser traduzida pelo conceito de “despessoa” em *Novafala*), pela aplicação coercitiva do método Ludovico em *Laranja Mecânica* (1962), de Anthony Burgess, e pela divisão em castas dos membros da utopia de Huxley, por exemplo.

Justificadas pela ideia de que “[...] a própria maioria poderia virar minoria a menos que outra minoria desapareça” (APPADURAI, 2009, p. 47), essas estratégias corroboram argumentos pseudodemográficos formulados por práticas discursivas que visam forjar um clima de desconfiança e medo em relação às minorias. Dessa maneira, as identidades seriam majoritárias não somente quando “[...] invocadas por grupos objetivamente maiores de um regime político nacional, mas quando lutam para fechar a brecha entre a maioria e a pureza da nação toda” (APPADURAI, 2009, p. 47).

Isso explicaria a hostilidade dirigida aos grupos sociais minoritários: mesmo quando estes representam uma parcela mínima da população, continuam sendo um obstáculo entre a maioria e a totalidade; “[...] quanto menor o número e mais fraca a minoria, mais profunda é a fúria em relação a sua capacidade de fazer que a maioria se sintam como uma mera maioria e não como um *ethnos* inteiro e incontestável” (APPADURAI, 2009, p. 47).

Na história moderna, esse pensamento se manifesta de maneira clara na cosmovisão nazista e em outras formações ideológicas para as quais a ideia de pertencimento a uma *unidade nacional* é central e tende a se tornar um traço natural dessas sociedades (YUVAL-DAVIS, 2004). Contudo, a noção de hegemonia que

¹ “To achieve this ideal of a homogeneous polity, governments throughout history have pursued a variety of policies regarding cultural minorities. Some minorities were physically eliminated, either by mass expulsion (what we now call ‘ethnic cleansing’) or by genocide. Other minorities were coercively assimilated, forced to adopt the language, religion, and customs of the majority. In yet other cases, minorities were treated as resident aliens, subjected to physical segregation and economic discrimination, and denied political rights”.

fundamenta os Estados totalitários do século XX não é exclusiva desses regimes, mas encontra reverberações nas sociedades contemporâneas.

A ideologia de todo movimento liberal ou capitalista tem como característica considerar os fenômenos sociais apenas sob o ângulo de uma lei geral em sua relação com vontades individuais. Ela apaga da história os conflitos e as relações entre grupos ou entre classes (CERTEAU, 1995, p. 153).

Em outras palavras, as sociedades liberais continuam sustentando um ideal de totalidade, de generalidade, em detrimento dos interesses locais e de determinados grupos, distorcendo os princípios de representação democrática e eliminando, desse modo, o *querer coletivo* para proclamar o *querer da maioria* (CERTEAU, 1995).

Nas sociedades distópicas, esse *querer da maioria* é garantido por práticas de engenharia comportamental que vão desde a vigilância panóptica de *Nós* até tecnologias de poder mais refinadas, que controlam os sujeitos no nível de suas pulsões individuais, sem a necessidade de um aparelho policial demasiadamente atuante, como acontece em *Fahrenheit 451*.

Diante disso, é possível afirmar que o conceito de igualdade (ou totalidade) formulado a partir da deformação dos valores democráticos integra a economia do poder, na mesma medida em que a ideia de minoria estaria relacionada a algum tipo de impulso transformador e questionador da ordem. Isso porque a noção contemporânea de minoria, de modo geral, “[...] refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social” (SODRÉ, 2009, p. 12). Ou seja, as minorias constituiriam focos de resistência na rede de poder que nos envolve.

2 Personagem como signo dos valores utópicos

Apesar de constituir “o dogma social central” da utopia, a igualdade não deve ser compreendida como algo invariavelmente positivo (CLAEYS, 2013, p. 8). Por um lado, ela aponta uma saída para problemas como a desigualdade socioeconômica e a discriminação. “Abusada, revela paixões sombrias, e pode testemunhar uma massa

enfurecida, estimulada por uma ideologia de igualitarismo extremo, vingativo, capaz de um derramamento de sangue” (CLAEYS, 2013, p. 8-10).

Vieira (2010) argumenta no mesmo sentido quando afirma que a utopia também tem um “lado sombrio” [*dark side*], ratificando a ideia de que várias eutopias (isto é, utopias positivas) apresentam traços distópicos, assim como muitas distopias (utopias negativas) se confundem com sociedades eutópicas. O que determina se uma narrativa representa um mundo eutópico ou distópico, então, varia com a recepção dos discursos que ela articula.

Nesse sentido, Claeys defende que o desejo de uma sociedade melhorada (ou, no limite, *perfeita*), “[...] implica uma tendência intrínseca em direção a métodos punitivos de controle de comportamento que inexoravelmente resulta em alguma forma de estado policial”² (CLAEYS, 2010, p. 108, tradução nossa).

Isso, entretanto, não seria um aspecto restrito às distopias do século XX. A *Utopia* (1516), de Thomas More, por exemplo, celebra um igualitarismo que elimina a própria noção de individualidade, de modo que até as roupas usadas por todos “[...] são do mesmo feito na ilha inteira” (MORE, 2018, p. 104).

A diferença entre as utopias clássicas e as distopias modernas, portanto, seria mais de perspectiva do que de conteúdo. “O otimismo iluminista em relação ao progresso da razão e da ciência passa a ser substituído por uma sensação de incapacidade da humanidade de conter seus poderes destrutivos recém-criados”³ (CLAEYS, 2010, p. 107, tradução nossa). A narrativa distópica, dessa maneira, satiriza as aspirações utópicas, desvelando o lado negativo da organização social e política da utopia, incluindo o impulso homogeneizante do ideal de igualdade formulado pelos discursos que nela circulam.

A produção desses discursos, por sua vez, pode ser evidenciada no interior da obra a partir do exame de categorias narrativas como, por exemplo, as personagens, na medida em que elas são consideradas “[...] indissociáveis de sentidos de extração temática e ideológica” (REIS; LOPES, 1988, p. 217). Sob essa perspectiva, em *Fahrenheit 451*, Mildred seria um signo da narrativa hegemônica, ao passo que Clarisse seria um signo da contranarrativa de resistência em torno da qual as ações do romance estão estruturadas.

² “[...] implies an intrinsic drift towards punitive methods of controlling behaviour which inexorably results in some form of police state”.

³ “Enlightenment optimism respecting the progress of reason and science was now displaced by a sense of the incapacity of humanity to restrain its newly created destructive powers”.

A divisão entre personagens pertencentes à maioria conformada da utopia e personagens representantes de uma minoria cujas ações movimentam o enredo corresponde, em grande medida, à conhecida classificação formulada por Forster (2005) que divide a categoria das personagens em *planas* e *redondas*.

Candido recupera essa classificação afirmando que há no interior da narrativa personagens tratadas como “seres íntegros e facilmente delimitáveis, marcados duma vez por todas com certos traços que os caracterizam” (CANDIDO, 1974, p. 60) – ou *planas*, nos termos de Forster; e outras que são concebidas como “seres complicados, que não se esgotam nos traços característicos, mas têm certos poços profundos, de onde pode jorrar a cada instante o desconhecido e o mistério” (CANDIDO, 1974, p. 60) – *redondas*. Novamente, isso pode ser ilustrado a partir da comparação entre Mildred, cuja personalidade é limitada pela imagem de esposa e consumidora da cultura de massas, e Clarisse, cuja complexidade de caráter se manifesta na imprevisibilidade do seu comportamento.⁴

Na ficção distópica, as personagens planas frequentemente são manejadas dentro da estrutura narrativa como signos dos valores utópicos, invariavelmente satisfeitas com o manutenção da utopia; seu comportamento caricatural satirizando a massificação dos indivíduos. Por outro lado, haveria uma tendência em apresentar as personagens complexas como signos da transformação – próprios dos grupos minoritários, como aponta Sodré (2009).

Nesse sentido, se a transformação do herói distópico diz respeito a sua transição da narrativa hegemônica para a contranarrativa de resistência, sendo sua função na estrutura do romance revelar as contradições da utopia a partir do confronto dessas formações discursivas, ela estaria relacionada também ao seu processo de *arredondamento* e deslocamento da categoria de personagens pertencentes à maioria conformada para a de personagens capazes de desestabilizar a ordem vigente.

3 *Todos devemos ser iguais: equalização dos desiguais em Fahrenheit 451*

⁴ A contraposição entre Mildred (signo da narrativa hegemônica) e Clarisse (signo da contranarrativa de resistência) é recorrente na obra. Na adaptação de François Truffaut, por exemplo, as duas personagens são interpretadas pela mesma atriz, Julie Christie, reforçando esse efeito.

Antes de proceder à leitura de *Fahrenheit 451*, deve-se fazer uma consideração inicial acerca da representação das minorias na obra. O romance de Bradbury parece tratar desses grupos sob duas perspectivas, uma *histórica* e outra *diegética*; a primeira se referindo aos grupos minoritários tais como são concebidos em nossa história recente e a outra centrada numa minoria intelectual formada no interior da narrativa.

A representação das minorias aqui chamadas de históricas revela um ponto de vista problemático acerca da diversidade étnica e dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens na utopia bradbúriana⁵. Evidentemente, isso não deve ser considerado uma marca incontestável da posição ideológica do autor, mas não deixa de merecer atenção.

O argumento acima pode ser ilustrado a partir da caracterização das personagens. Clarisse, cujo rosto é descrito como sendo “esguio e branco como leite” (BRADBURY, 2020, p. 17), ou “claro como neve ao luar” (BRADBURY, 2020, p. 18), ou ainda “um frágil cristal leitoso dotado de uma luz suave e constante” (BRADBURY, 2020, p. 19), é iluminada por uma aura quase romântica do fenótipo caucasiano.

Mildred também é descrita como uma mulher branca, embora as palavras escolhidas para se referir a sua brancura não expressem a mesma elevação que se observa na caracterização de Clarisse:

Ele a sentiu ali, viu-a sem abrir os olhos: o cabelo queimado por produtos químicos até virar uma palha quebradiça, os olhos com uma espécie de catarata invisível, mas que se podia adivinhar bem atrás das pupilas, os lábios vermelhos fazendo beicinho, o corpo tão magro quanto o de um louva-a-deus de dieta, e a carne como um *toucinho branco*. Ele não conseguia imaginá-la de outra forma (BRADBURY, 2020, p. 60, ênfase nossa).

O texto ainda faz menção à cor de Faber – “Ele quase não se distinguia das paredes brancas de gesso lá dentro. Seus lábios e sua face eram brancos, bem como os cabelos, e seus olhos haviam esmaecido, com um toque branco no vago tom azul” (BRADBURY, 2020, p. 94) – e do Capitão Beatty – “A face rosada e fosforescente de Beatty brilhava na densa escuridão e ele sorria furiosamente”⁶ (BRADBURY, 2020, p. 125). O “queixo

⁵ O trabalho enfatiza esses dois aspectos por não haver no desenvolvimento da narrativa uma discussão significativa acerca de outros grupos historicamente marginalizados e estigmatizados.

⁶ Note-se que Beatty é o único cuja pele branca ganha um tom rosado, reiterando a ideia da personagem como signo; o rosto do capitão seria quente como o fogo que usa para queimar os livros.

azulado” de Montag não deixa de ser também uma alusão ao tom da sua pele⁷ (BRADBURY, 2020, p. 96). Até mesmo os homens que realizam uma lavagem no estômago de Mildred depois de sua overdose de remédios para dormir têm um rosto “[...] cor de óxido de zinco” (BRADBURY, 2020, p. 55).

Embora o texto sugira que a sociedade representada na obra tenha superado de vez os conflitos étnicos por meio da destruição do conhecimento e da cultura – “Os negros não gostam de *Little Black Sambo*. Queime-o. Os brancos não se sentem bem em relação à *Cabana do pai Tomás*. Queime-o [...]”. Serenidade, Montag. Paz, Montag” (BRADBURY, 2020, p. 71) –; eles permanecem na própria seleção das personagens, cuja caracterização reflete, de alguma maneira, a ideia de que “[...] os brancos são vistos ideologicamente como ‘além da etnia’” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 279), no sentido de que são concebidos como modelo da totalidade humana.

No que se refere às questões de gênero, haveria de modo geral uma planificação das personagens mulheres. A descrição de Mildred, apresentada anteriormente, pode ser estendida sem dificuldade a suas amigas, as senhoras Phelps e Bowles, com seus “cabelos queimados” (BRADBURY, 2020, p. 110) e seus “[...] sorrisos arreganhados irradiando-se pelas paredes da casa” (BRADBURY, 2020, p. 108). Segundo o narrador, as três mulheres parecem “[...] um monstruoso lustre de cristal tilintando em mil penduricalhos” (BRADBURY, 2020, p. 108), todas correspondendo adequadamente ao perfil de esposa e de consumidora.

Isso, por um lado, justificaria o argumento de que a personagem exerce uma função definida na economia da narrativa. No caso de *Fahrenheit 451*, a função dessas personagens planas seria exatamente expressar o impulso homogeneizante das aspirações utópicas. Por outro lado, pode se tratar de uma representação alegórica – nos termos de Shohat e Stam (2006) – que ignora a natureza fragmentada das identidades sociais.⁸

Isso fica mais evidente no comentário feito pelo narrador num dos momentos em que Montag, sem obter êxito, tenta se comunicar com sua esposa, entretida pelas

⁷ Na adaptação cinematográfica de Ramin Bahrani, Montag é interpretado pelo ator Michael B. Jordan. Entretanto, o debate em torno de questões étnicas continua inexpressivo no filme, demonstrando que um rosto “[...] epidermicamente correto não garante a representação de uma comunidade” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 280).

⁸ A natureza fragmentada das identidades sociais “[...] se refere ao fato de as pessoas não terem uma identidade social homogênea como se pudessem ser explicadas somente por sua raça, por exemplo” (MOITA LOPES, 2002, p. 62).

radioconchas permanentemente ligadas em suas orelhas: “Não havia uma velha anedota sobre a esposa que falava tanto ao telefone que o marido, desesperado, correu até a loja mais próxima e telefonou para ela para perguntar o que havia para o jantar?” (BRADBURY, 2020, p. 54). A divisão de papéis sociais atribuídos a mulheres (donas de casa e consumidoras da cultura de massas) e homens é clara, demonstrando que há questões de gênero mal resolvidas nessa sociedade.

A minoria *diegética*, por sua vez, resulta de um projeto utópico fundamentado no elogio da vida imediata e hostil ao pensamento reflexivo. Como explica Beatty:

Com a escola formando mais corredores, saltadores, fundistas, remendadores, agarradores, detetives, aviadores e nadadores em lugar de examinadores, críticos, conhecedores e criadores imaginativos, a palavra ‘intelectual’, é claro, tornou-se o palavrão que merecia ser. Sempre se teme o que não é *familiar* (BRADBURY, 2020, p. 70, ênfase nossa).

O uso do termo *familiar* aqui não é despropositado; ele expressa algo do sentimento de pertencimento necessário à formação de uma unidade nacional (YUVAL-DAVIS, 2004). O mesmo pode ser dito em relação à programação dos *telões*, descrita apenas como “a família”.

A minoria intelectual, dessa maneira, seria um obstáculo entre a maioria e a totalidade da sociedade (APPADURAI, 2009), sendo por isso objeto de aversão e ódio, como pode ser observado na fala de Mildred a respeito da mulher cuja biblioteca é denunciada e, num ato extremo, junta-se aos livros na fogueira preparada pelos bombeiros: “Para mim, ela não é nada; ela não deveria ter livros. A responsabilidade era dela, ela devia ter pensado nisso. Eu a odeio” (BRADBURY, 2020, p. 63).

O ódio gratuito de Mildred evidencia os efeitos de poder produzidos pelos discursos por meio dos quais a estabilidade utópica é sustentada. “Nós resistimos à pequena maré daqueles que querem deixar todo mundo infeliz com teorias e pensamentos contraditórios” (BRADBURY, 2020, p. 74).

Para garantir essa estabilidade, são empregadas diversas estratégias de poder, dentre as quais uma formação escolar técnica, voltada para a perpetuação da lógica de consumo: “A vida é imediata, o emprego é que conta, o prazer está por toda parte depois do trabalho. Por que aprender alguma coisa além de apertar botões, acionar interruptores, ajustar parafusos e porcas?” (BRADBURY, 2020, p. 67-68).

A escola funcionaria, então, como um compressor de diferenças, padronizando os comportamentos individuais. “O ambiente familiar pode desfazer muito do que a gente tenta fazer na escola. É por isso que temos reduzido a idade mínima para admissão no jardim de infância, ano após ano, até que agora praticamente estamos apanhando as crianças no berço” (BRADBURY, 2020, p. 72). Nesse sentido, aspira-se criar uma massa indistinta de indivíduos cujas pulsões sejam equacionadas pelos valores utópicos: “[...] esquisitos como ela são raros. Sabemos como podar a maioria deles quando ainda são brotos, no começo” (BRADBURY, 2020, p. 73), conclui Beatty.

O termo *esquisitos* no trecho acima expressa, mais uma vez, o sentimento de ameaça provocado pelas minorias aos grupos majoritários (APPADURAI, 2009); “[...] homens como Beatty sentem medo dela” (BRADBURY, 2020, p. 79), afirma Montag sobre Clarisse. A maioria ameaçada, portanto, busca meios para estigmatizar e marginalizar os grupos minoritários. A minoria intelectual de *Fahrenheit 451*, por exemplo, é colocada à margem da própria razão: “Todo homem é demente quando pensa que pode enganar o governo e a nós” (BRADBURY, 2020, p. 45).

Algo semelhante acontece com Clarisse, submetida a tratamento médico por apresentar uma personalidade julgada inadequada: “Preciso ver meu psiquiatra agora. Sou *obrigada* a ir. Eu invento coisas para dizer. Não sei o que ele pensa de mim” (BRADBURY, 2020, p. 34, ênfase do autor). Isso seria uma tentativa de modelar o comportamento da jovem – ou de assimilar sua identidade, nos termos de Kymlicka (1995). “Eles querem saber o que eu faço com meu tempo. Eu digo a eles que às vezes apenas me sento e *penso*” (BRADBURY, 2020, p. 35, ênfase do autor). O ato de pensar, sob essa perspectiva, seria algo *esquisito* por contrariar os valores de uma sociedade orientada para o trabalho e o ócio controlado, em que até mesmo os alpendres foram eliminados das casas para que as pessoas não ficassem “[...] sentadas daquele jeito, sem fazer nada, balançando nas cadeiras, conversando; esse era o *tipo* errado de vida social” (BRADBURY, 2020, p. 75, ênfase do autor).

O tipo *correto* de vida social, assim, seria aquele manifestado pela maioria – ou, por extensão, pela totalidade – de membros da utopia. “Todos devemos ser iguais” (BRADBURY, 2020, p. 70), defende Beatty. Mas, como ele observa, nem todos “[...] nasceram livres e iguais, como diz a Constituição, mas todos se *fizeram* iguais. Cada homem é a imagem de seu semelhante e, com isso, todos ficam contentes, pois não há

nenhuma montanha que os diminua, contra a qual se avaliar” (BRADBURY, 2020, p. 70, ênfase do autor). Com efeito, a padronização dos comportamentos e a planificação das subjetividades seriam uma forma efetiva de controle social, como a fala a seguir demonstra:

Você precisa entender que nossa civilização é tão vasta que não podemos permitir que nossas minorias sejam transtornadas e agitadas. Pergunte a si mesmo: O que queremos neste país, acima de tudo? As pessoas querem ser felizes, não é verdade? (BRADBURY, 2020, p. 71).

Trata-se, enfim, de neutralizar as tensões sociais por meio da aplicação de uma concepção de igualdade que nivela as individualidades por baixo (seja intelectual ou culturalmente) e perpetua uma estabilidade fragilmente sustentada sobre a crença de que o conhecimento pode causar a ruína da utopia.

Considerações finais

Partindo do que foi exposto, é possível afirmar que *Fahrenheit 451*, assim como outras obras do gênero, satiriza o ideal utópico de igualdade, desvelando as falhas de uma engenharia social que subverte esse ideal numa política de igualitarismo radical. No romance de Bradbury, isso chega a se manifestar no nível da aparência física dos indivíduos: “Teria ele visto alguma vez um bombeiro que *não* tivesse os cabelos pretos, as sobrancelhas pretas, um rosto feroz e azulado, com a barba feita mas como se não tivesse sido feita? Esses homens pareciam todos feitos à sua imagem!” (BRADBURY, 2020, p. 45, ênfase do autor).

Sobre a comunidade dos homens-livros, cabe notar que, embora o grupo não se manifeste de forma ativa, seus membros perturbam a estabilidade da utopia na medida em que se opõem aos valores que orientam essa sociedade, ratificando o argumento de que o que move uma minoria é seu “impulso de transformação” (SODRÉ, 2009, p.12) – ainda que esse impulso agite a estrutura social apenas em suas camadas mais profundas. A maioria conformada, por outro lado, aceita esses valores com resignação, como a fala de Faber demonstra: “[...] o capitão está alinhado com os inimigos mais perigosos da verdade e da liberdade, com o rebanho impassível da maioria” (BRADBURY, 2020, p. 123).

O *rebanho impassível da maioria*, em resumo, seria responsável pela extinção predatória (nos termos de Appadurai) das identidades sociais minoritárias, valendo-se, para tanto, de estratégias como as apontadas por Kymlicka (1995): eliminação, insinuada pela inexplicável mudança da família de Clarisse; assimilação, pretendida pelo tratamento psiquiátrico daqueles considerados *antisociais*; e segregação, que afasta da civilização a comunidade dos homens-livros, “a minoria excêntrica que clama no deserto” (BRADBURY, 2020, p. 168).

Referências

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom. Dystopia and histories. In: _____ (Eds.). *Dark horizons: science fiction and the utopian imagination*. Abingdon: Routledge, 2003, p. 1-12.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura em que o papel do livro pega fogo e queima*. Tradução de Cid Knipel. 4.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. II, n. 1, p. 149-168, 1970.

CLAEYS, Gregory. The origins of dystopia: Wells, Huxley and Orwell. In: _____ (Ed.). *The Cambridge companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 107-31.

CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: SESC SP, 2013.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. Tradução de Sergio Alcides. 4.ed. São Paulo: Globo, 2005.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. New York: Clarendon; Oxford, 1995.

MOITA LOPES, Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2018.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs). *Comunicação e cultura das minorias*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2009.

VIEIRA, Fátima. The concept of utopia. In: CLAEYS, Gregory (Ed.). *The Cambridge companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 3-27.

YUVAL-DAVIS, Nira. Borders, boundaries, and the politics of belonging. In: MAY, Stephen; MODOOD, Tariq; SQUIRES, Judith (Ed.). *Ethnicity, nationalism, and minority rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 214-230.